



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Esplanada dos Ministérios Bloco L sala 200 Ed. Sede - Cep 70 047-900
Telefones 2104. 9377 /2104 9381 e Fax 2104 9362
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 18ª Reunião Ordinária

Data: 26/06/2008, das 10:00 às 13:00h.

Local: 2ª Câmara do Centro Cultural Evandro Lins e Silva – edifício da Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres (SPM-L2 sul).

Participantes:

- Ana Margarida Koatz – MCid
- Berenice Rosa – Fórum organismos/municípios
- Cecília Teixeira – Fórum organismos/estados
- Célia Maria Farias Vieira - MDS
- Danielle Cancela Cronemberger – MPOG
- Elisabete Busanello – MDA
- Fábria Oliveira Martins de Souza – SPM
- Isabella Ferreira – MMA
- Joyce Del Frari – Secom
- Lourdes Bandeira – SPM
- Lourdes Leitão – Fórum organismos/estados
- Luana Simões Pinheiro – SPM
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Márcia Vasconcelos – OIT
- Maria Márcia S. Leporace – SPM
- Masra de Abreu Andrade – SPM
- Natália de Oliveira Fontoura – Ipea
- Pedro Pontual – SEDH
- Rosimere Teles – CNDM
- Sérgio Bueno da Fonseca – MMA
- Sônia Malheiros Miguel – SPM
- Thaís Werneck – MinC
- Vera Lúcia Proba – Seppir

1. Aprovação da memória da 19ª reunião do Comitê.

A memória foi aprovada sem ressalvas.

2. Informes

A representante do MDA informou que, de 25 a 28 de junho, estava sendo realizada a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, na qual seriam discutidas, entre outras questões, as ações direcionadas para as mulheres nos territórios rurais. A integrante titular do MDA no Comitê estava participando deste evento, motivo pelo qual não pode comparecer à reunião.

Já a representante do MCID justificou a ausência da titular – Kátia Fidalgo – e prestou sua homenagem à ex-primeira dama Ruth Cardoso, falecida no dia 24/06.

A coordenadora do Comitê, por sua vez, informou que chegou à SPM uma demanda da Seppir solicitando a estimativa do impacto orçamentário da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Apontou que esta demanda mostra como são múltiplas as necessidades de estimativa de recursos, a exemplo do que vem sendo solicitado para os ministérios e secretarias que possuem ações no II PNPM. Informou, também, que a Ministra Nilcéa Freire estava entrando em contato com os ministros das pastas que ainda não haviam enviado seus orçamentos para a SPM. O contato já havia sido feito com o Ministro Édson Santos, da Seppir, e Carlos Minc, do MMA, que se comprometeram com o envio das informações pendentes.

A representante da Secom comunicou a todas/os que em reunião com a Ministra Nilcéa foi levantado que seria importante consolidar material de divulgação dos diversos ministérios com políticas para mulheres a serem enviados a estados e municípios, como forma de informar sobre aquilo que vem sendo feito e sobre as ações e programas que as mulheres podem acessar na ponta. A SPM informou que poderia ser usado, como primeiro material, o “Planinho”, que é uma versão resumida do II PNPM, que apresenta as principais iniciativas do governo federal na área. O Planinho já está impresso e poderia ser divulgado, assim como outros materiais já existentes, a exemplo dos ímãs do 180. A representante da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) no CNDM destacou que esta iniciativa é muito importante, especialmente para as mulheres da região Norte do país.

A representante da Secom destacou, ainda, que em meados de novembro será sancionada a Lei de Transição – que definirá normas para as transições de prefeituras – e todos os prefeitos deverão vir a Brasília para o ato. Já está sendo produzido material com todas as políticas desenvolvidas pelo governo federal e seria um momento importante para divulgarmos as ações voltadas para as mulheres. A coordenadora do Comitê lembrou que poderíamos disponibilizar todo o material que a SPM já dispõe, assim como os planejamentos dos estados que já estão sendo beneficiados pelo Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. A Subsecretária de Articulação Institucional da SPM destacou que a Secretaria está em um projeto junto com diversas agências das Nações Unidas que contempla a questão da participação política das mulheres e que tem como uma das ações previstas a realização de um encontro com todas as mulheres eleitas no pleito de 2008. Seria uma oportunidade então para nos articularmos e aproveitarmos a vinda das prefeitas a Brasília, em novembro, para a realização deste evento. Foi sugerido que a convocação para a reunião dos prefeitos seja conjunta, ou seja, no caso das mulheres, elas receberiam a chamada não apenas para o evento da Lei de Transição, mas também para o encontro de mulheres eleitas. A representante da Secom se comprometeu a manter a SPM informada dos andamentos dessa agenda e irá colocar a Subsecretária de Articulação Institucional em contato com o responsável na SAF (Secretaria de Assuntos Federativos).

3. Apresentação das ações prioritárias de cada ministério para 2008

3.1. **MEC:** Foi informado pela Coordenadora do Comitê que a representação do MEC não pôde estar presente, mas que as informações já haviam sido encaminhadas;

3.2. **MME:** Foi informado pela Coordenadora do Comitê que a representação do MME não pôde estar presente, mas que as informações já haviam sido encaminhadas;

3.3. **MCid:** A representante informou que não teve condições de formalizar a indicação das ações prioritárias, mas que estas já estavam definidas e correspondiam às ações ligadas a habitação e regularização fundiária. As demais ações, que demandam uma gestão conjunta e a assinatura de acordos entre os diferentes órgãos, não serão prioritárias neste primeiro ano, pois ainda existem muitos pontos pendentes de definição. Comprometeu-se a enviar formalmente o conjunto de ações prioritárias e solicitou que a SPM retome o contato com o Denatran a fim de assegurar a realização da campanha de combate aos estereótipos da mulher no trânsito a partir do próximo ano;

3.4. **SEDH:** O representante lembrou que a SEDH foi um dos primeiros órgãos a enviar a previsão de recursos para a SPM e que estes se referem basicamente à área de criança e adolescente. Esta é uma ação prioritária da Secretaria e os cortes orçamentários só a atingem no final do processo. Comprometeu-se a encaminhar a atualização dos recursos até o dia 27/06, juntamente com a definição de ações prioritárias;

3.5. **MDS:** A representante apresentou as prioridades do Ministério para 2008, comprometendo-se a encaminhá-las formalmente à SPM. Destacou, ainda, que há no MDS um trabalho intenso para tornar estas ações efetivas e garantir os recursos que inicialmente foram contingenciados;

3.6. **MDA:** A representante apresentou as prioridades do Ministério para 2008, comprometendo-se a encaminhá-las formalmente à SPM. Informou também que está aberta a chamada para projetos de ATER no site do MDA até 30/06, devendo a mesma ser prorrogada até 21/07;

3.7. **MMA:** O representante apresentou as prioridades do Ministério para 2008, comprometendo-se a encaminhá-las formalmente à SPM. Informou também que, para estas ações, o MMA conta com recursos da ordem de R\$ 1 milhão para 2008 e comprometeu-se a enviar a previsão orçamentária para o período integral do II PNPM. Destacou que tais recursos são específicos para o tema de gênero, mas que, para as demais ações previstas no Plano, podem ser acessadas outras dotações orçamentárias, ainda que não específicas. A representação do MMA explicitou ao Comitê que hoje há um processo de repactuação interna do recém-criado Comitê de Gênero, em função da troca de ministro e de secretários nacionais. Houve, assim, uma desarticulação interna, sendo importante que a SPM coopere nesta reorganização do Comitê e no seu fortalecimento interno. Destacou que um ganho importante no período foi a realização da 3ª Conferência Nacional do Meio Ambiente que contou com a presença da Ministra Nilcéa na abertura e que teve como ponto alto a realização de uma oficina sobre gênero e mudanças climáticas, que foi das mais concorridas de toda a Conferência.

3.8. **MinC:** A representante apresentou as prioridades do Ministério para 2008, comprometendo-se a encaminhá-las formalmente à SPM;

3.9. **Seppir:** A representante informou que no dia anterior participou de reunião com o Ministro Édson Santos e com o Subsecretário de Planejamento que se comprometeram a definir os recursos que a Secretaria alocaria para o II PNPM ainda no dia 26/06. Assim, a representante comprometeu-se a encaminhar as informações de orçamento e ações prioritárias até o dia 27/06.

4. Apresentação do Sistema de Acompanhamento do PNPM (SAPNPM) e do Simec

Passou-se, então, à apresentação do antigo Sistema de Acompanhamento do PNPM que permitiu a realização do monitoramento das ações do Plano entre os anos de 2005 e 2007. Foi

informado que só estão preenchidas as informações para os anos de 2005 e 2006 em função da decisão do Comitê de elaborar um documento de avaliação do I PNPM, o que acabaria resultando em um duplo esforço.

Após a apresentação do SAPNPM, foi exibido o novo sistema de acompanhamento do Plano que será adaptado no âmbito do SIMEC, sistema utilizado pelo Ministério da Educação para a gestão de seus processos e já implantado na SPM. O SIMEC conta com um módulo para acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que está estruturado de maneira bastante semelhante ao nosso II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres podendo, portanto, ser adaptado a esta situação. Informou-se que o SIMEC já está instalado na SPM e encontra-se em fase de testes para a definição das adaptações necessárias.

5. Outros Temas

Por fim, as representantes dos organismos de políticas para as mulheres informaram que nos estados do RJ e SP está havendo uma certa confusão quanto aos papéis dos Centros de Referências Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CR) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Segundo elas, a discussão sobre os papéis de cada um destes espaços é urgente, uma vez que não se irá implementar CR em todos os municípios do país e será necessário aproveitar os CRAS/CREAS no atendimento às mulheres, pela capilaridade que têm. No entanto, já é evidente a diferença de entendimento dos CRAS/CREAS quanto às possibilidades e formas de atendimento às mulheres em situação de violência. Esta discussão precisa ser levada ao governo federal, pois são as mulheres na ponta que sofrem com a falta de articulação dos ministérios. A disputa entre os espaços é saudável, desde que seja para aprimorar os serviços e não para paralisá-los. Em última instância, o debate se dá em torno de diferentes paradigmas de atuação que acabam apontando, inevitavelmente, para a necessidade de capacitação.

A representante do MDS informou que o Ministério e a SPM já trabalham em articulação, inclusive na preparação do material de capacitação das/os servidoras/es dos CRAS e CREAS. Lembrou que este é um passo importante, pois já se sabe que não serão criadas diferentes unidades especializadas de atendimento. É preciso, portanto, discutir ações de capacitação, considerando-se este novo paradigma.

Foi levantada, ainda, uma outra questão, que se refere ao fato de que quando um organismo de políticas para as mulheres é criado, a tendência é que ele seja vinculado às secretarias de assistência social, e não aos gabinetes dos prefeitos ou governadores. Há um grande trabalho para mostrar que a assistência social é uma das políticas que beneficiam as mulheres, mas não a única. Esta disputa acaba criando conflitos entre os gestores e dificultando a execução dos trabalhos.

6. Próxima reunião

A coordenação do Comitê informou que a próxima reunião será no dia 31/07, conforme calendário aprovado e que nesta reunião será definida a metodologia de monitoramento das ações prioritárias que serão apresentadas.